



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

MEMORANDUM AOS DELEGADOS - 3 DE ABRIL DE 2002



ASSUNTO: INFORMAÇÕES GERAIS

Estimado camarada !

Já há algum tempo que não retomamos esta forma de contacto e de comunicação. Em boa verdade, a Direcção tem estado empenhada em múltiplas tarefas que levaram a diminuir o débito de informação para os Delegados, o que, provavelmente, tem trazido dificuldades acrescidas ao trabalho associativo sócio-profissional, sobretudo em responder às múltiplas questões que diariamente nos são colocadas. É na tentativa de minimizar essas dificuldades e de tentar fazer chegar a todo o País as respostas às perguntas, dúvidas e anseios com que somos confrontados em todas as unidades, que estamos a escrever este Memorando.

Uma das questões que é colocada surge na forma mista de pergunta e de afirmação:

Afinal o que é que já ganhamos com todas estas lutas? Isto não vale a pena! - Compreendemos a angústia e o desânimo dos camaradas que assim falam, mas não podemos deixar de chamar a atenção para o valioso património de conquistas, de avanços e, também, das medidas gravosas que conseguimos evitar com a nossa luta persistente, que assume as mais variadas formas, todas elas igualmente válidas desde que gerem unidade, mobilização e dêem visibilidade aos nossos problemas.

Para não sermos exaustivos, e reportando-nos só aos últimos sete anos, podemos elencar as seguintes conquistas:

- **O DL 80/95** que veio estabelecer que nenhum 1SAR da Marinha auferisse menos vencimento do que qualquer outro 1SAR com menos tempo de permanência no posto. Esta medida fez com que os vencimentos dos 1SAR da Marinha, em média, avançassem 15 pontos indiciários;
- **O DL 299/97** que veio tornar extensiva aquela medida a todos os 1SAR das Forças Armadas, verificando-se assim um aumento real dos vencimentos daqueles camaradas em igual montante ao verificado na Marinha;
- **O DL 328/99** que, mesmo sem ser cumprido na íntegra e prejudicando claramente os 1SAR das Forças Armadas por incumprimento dos seus artigos 12º e 19º, traduziu-se num aumento generalizado dos vencimentos, e reconquistou-se algum do terreno perdido na equidade interna (que hoje a proposta dos CEM.s, a ser implementada, viria novamente a pôr em causa);

- **O novo EMFAR, o DL 236/99**, que apesar de ter ficado aquém das expectativas e necessidades no que respeita às carreiras e de ter representado um retrocesso funcional e uma desvalorização profissional, nas caracterizações que estabelece para os Sargentos da Marinha e da Força Aérea, e, também, na segurança e na garantia do desenvolvimento da carreira instituindo a possibilidade de alguns quadros poderem não se desenvolver até aos postos cimeiros da categoria e a obrigatoriedade de passagem à reserva por ultrapassagem nas promoções por escolha, veio, apesar de todos estes aspectos negativos, conjugadamente com a **Lei 25/2000** que o rectificou, introduzir medidas que representam avanços pelas quais há muito ansiávamos. A saber:
 - **O acréscimo do tempo de serviço de 25%**, quando a esmagadora maioria dos militares não usufruía de qualquer acréscimo na contagem do tempo de serviço;
 - **O Suplemento da Condição Militar** ser considerado numa percentagem proporcional ao tempo de serviço para o cálculo da pensão de reserva e de reforma aos militares que deixam o quadro activo antes de completarem os 36 anos de serviço;
 - **Os descontos durante o período de permanência na situação de reserva** relevarem para o cálculo da pensão de reforma;
 - **O Complemento da pensão de reforma** que, apesar da suspensão despachada pelo anterior Governo, ainda abrange uma parte considerável dos reformados;
 - **A obrigatoriedade de todos os militares tomarem conhecimento da suas avaliações de mérito**;
 - **A possibilidade de SAJ terem sido promovidos com 18 anos de permanência no actual posto e no anterior**, medida que só pecou por não ter sido aplicada a todos os militares que reunissem aquelas condições e mais dilatada no tempo;
 - **O período de férias** ter, agora, o mesmo regime que para a restante Função Pública, apesar de ainda faltar o cumprimento da promessa solene feita pelo ex-PM A. Guterres;
 - **A licença de paternidade e de assistência à família** que os militares nunca tinham usufruído;
- **O Seguro de vida** para os camaradas em comissão de risco fora do território nacional, que, embora com limitações, não teria sido implementado sem a nossa luta;
- **O Estatuto das missões humanitárias e de manutenção da paz bem como o Estatuto das missões no âmbito da Cooperação**;
- **A revisão do artigo 31º da LDNFA** que culminou uma longa e árdua luta, talvez a mais longa em que os Sargentos se empenharam, que veio estabelecer o **associativismo sócio-profissional**, reduzir as restrições aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos militares e criou o **Estatuto das associações dos militares**.

- **Na Marinha o RGSNT** (Regulamento Geral do Serviço Naval em Terra) que foi fruto de uma dura luta que os camaradas da Marinha travaram dentro do ramo durante mais de um ano, e que teve como aspectos mais relevantes ser o primeiro documento que estatui o direito e o dever de o Sargento mais antigo e a Praça mais antiga se poderem constituir como porta-vozes das respectivas categorias junto dos comandos e de terem tarefas definidas na sua condição de mais antigos, assim como a categoria de Sargentos passar a ser considerada um corpo separado da equipagem juntamente com as Praças;
- **No IASFA** as associações dos militares passaram a ser convidadas para as reuniões do seu Conselho Directivo;

Mas também as medidas gravosas que teriam sido tomadas se não fosse a nossa luta e resistência. Donde avultam, só nos últimos anos, as seguintes:

- **O próprio art. 31º da LDNFA** que nas suas versões iniciais representava um recuo e não um avanço do associativismo e do exercício dos direitos de cidadania por parte dos militares;
- **O CJM e o RDM** cujas redacções conhecidas têm vindo a evoluir no sentido positivo mas, mercê das denúncias, do Colóquio e da discussão pública que promovemos, mas que ainda estão longe de constituírem um avanço e de estarem consonantes com a CRP e o espírito do Estado de Direito Democrático que Portugal constitui.
- **A nível do actual EMFAR** podemos afirmar sem embargos que, se não fosse a nossa luta, os aspectos negativos apontados atrás teriam sido bem mais acentuados - só a título de exemplo destacamos as modificações positivas introduzidas na caracterização funcional dos Sargentos da Força Aérea na sequência do Encontro dos Sargentos da Força Aérea realizado pouco antes em Alverca;

Por tudo isto, camaradas, podemos afirmar que se com este património conquistado na luta não valeu a pena, ou não é nada, então, camaradas, teremos dificuldade em estabelecer objectivos a conquistar diferentes do inconstatável.

Outra questão que muito se ouve é: **Então e agora? Como avançar?**

Como avançar perante tantos e tão graves problemas? Radicalizar a luta como muitos sugerem? Cruzar os braços e esperar que a bondade do poder político tenha isso em consideração e adopte as medidas necessárias? Como avançar?

Como avançar? É, talvez, a questão que mais se ouve aos camaradas por todas as unidades.

Esta pergunta, com toda a sua carga dramática, pela desesperante ausência de soluções, mas também prenunciando uma renovada disposição de lutar, de não baixar os braços, que deve merecer de todos nós uma profunda reflexão, sem, porém, descurar a luta, nem aliviar a pressão sobre quem tem obrigação e poder para resolver os problemas persistentemente colocados.

E deve não só merecer a nossa reflexão colectiva, mas também, aliado à luta, continuar a constituir um poderoso mecanismo de unidade, de mobilização, de esclarecimento e de dinamização associativa SÓCIO-PROFISSIONAL.

Os problemas que tínhamos antes das eleições de 17 de Março mantêm-se todos, agravados pelo facto de a sua persistência sem perspectivas de resolução conduzir, inevitavelmente, à descrença, à desmotivação e ao apodrecimento da vivência nas unidades militares.

A discussão que não foi travada durante a campanha eleitoral prenuncia que aquilo que os Partidos que têm partilhado o poder nos últimos 20 anos querem para as Forças Armadas é diferente (e talvez antagónico!) daquilo que os militares, e particularmente os Sargentos, querem.

As chefias militares continuam embrenhadas na elaboração de escalas indiciárias e de propostas de vencimentos demagógicas e irrealistas no actual quadro financeiro do País, contrariando as propostas apresentadas pela ANS e repetidamente aprovadas em todo o País pelos Sargentos de Portugal.

Os oficiais continuam a não dar mostras de estarem preocupados com o destino das Forças Armadas, nem parece que admitam a possibilidade da sua extinção, pelo menos no actual modelo. Não se vê nos seus comunicados preocupação com a ausência de clarificação do que irão fazer, o que irão comandar, no contexto de umas Forças Armadas da Europa. Não se lhes conhece disposição de luta, antes pelo contrário, conhecem-se críticas injustas à luta que as outras associações de militares têm travado.

Neste quadro o que fazer, como avançar para a resolução dos nossos problemas? É a questão que propomos para reflexão colectiva.

Com duas certezas:

primeiro: que tudo o que conseguimos até hoje foi conquistado com dura e árdua luta e que tudo o que haveremos de conquistar será com dura luta!

segundo: quem luta pode não alcançar os seus objectivos em tempo útil, mas quem não luta já perdeu!

No entanto há alguns dados que desde já se podem avançar por constituírem dados confirmados ou por serem linhas de acção e de orientação que obedecem aos princípios pelos quais a nossa ANS desde sempre tem pautado a sua conduta associativa, agora na vertente sócio-profissional.

1. **Já se conhece o futuro Ministro da Defesa.** Será o Dr Paulo Portas e tomará posse juntamente com o Governo no próximo sábado dia 6ABR. Terá como Secretário de Estado o Dr Henrique de Freitas. Quanto ao futuro Ministro todos conhecem e por isso não se acrescenta outro tipo de informação.

Em relação ao Secretário de estado podemos acrescentar que no anterior mandato foi Deputado pelo PSD e responsável pela área da Defesa e membro da Comissão Parlamentar de Defesa.

Pode-se acrescentar que ambos os partidos, PPD/PSD e CDS/PP evoluíram positivamente relativamente ao associativismo militar, tendo esse facto sido importante na constituição da maioria que permitiu a revisão do art. 31º da LDNFA.

- 2. A ANS vai cumprir com o que sempre afirmou: estamos disponíveis para trabalhar com os responsáveis pela área da Defesa Nacional e das Forças Armadas para encontrar as soluções mais justas e adequadas para os problemas que insistentemente temos vindo a colocar.**

Neste sentido a Direcção da ANS vai insistir com os Partidos políticos que não foi possível concederem-nos audiências antes das eleições legislativas, como era nosso desejo, que o façam agora porque as questões que lhes desejávamos colocar mantêm a actualidade e correspondem a problemas da Instituição Militar e da Família Militar que continuam por resolver.

A Direcção da ANS vai ainda pedir audiências aos novos Órgãos de Soberania, logo que tomem posse, de modo a retomarmos o diálogo e o estudo das matérias que temos pendentes com cada um deles.

- 3. A ANS vai manter uma atitude construtiva, partindo para o diálogo com os novos titulares com toda a abertura e sem o mínimo preconceito.**

Uma das linhas de orientação da nossa associação desde sempre tem sido o dialogar e trabalhar com todos os que mostrem interesse e abertura para o efeito, obedecendo sempre aos princípios do respeito mútuo, da compreensão, da honestidade, da frontalidade e da lealdade. Aliás, os mesmos princípios que caracterizam os militares que nos orgulhamos ser.

A vida tem-nos demonstrado que todos aqueles que têm contactado connosco com base nestes princípios têm ficado agradados com o contacto. Nada mais prejudicial ao início de uma relação do que partir de pressupostos infundados ou de preconceitos. Partimos para mais esta etapa com toda a disponibilidade e confiança. Desta feita, como em todas as anteriores, no percurso que temos de caminhar juntos, nós e os titulares do poder, saberemos avaliar cada um dos passos, retirar as ilacções inerentes e fazer as correcções de trajectória que se mostrarem necessárias.

Vamos para mais esta etapa com renovada confiança na justeza das aspirações e com a firmeza de quem está profundamente convicto das posições, e de quem sempre tem estado na vida com grande elevação, mesmo nas horas mais dramáticas, de perseguição e de repressão sobre a nossa vida associativa.

TEMOS RAZÕES PARA ESTAR CONFIANTES NAS NOSSAS CAPACIDADES!

Por fim camaradas, algumas informações sobre as actividades que já temos em agenda:

- Dia 10 de Abril de 2002, pelas 18h00, no CIRL, Laranjeiro - Almada, um Encontro de Sargentos da Armada para discutir os seguintes temas:

- **Problemas dos Sargentos da Armada:**
 - Fusão de classes: que futuro?
 - Escola de Formação de Sargentos da Armada: para quando?
 - Escalas: que serviços?
 - Quadros orgânicos: porque não contemplam SMORES?
- **Problemas dos Sargentos de Portugal:**
 - Vencimentos: respeito pela Lei nos escalões e equiparação à GNR!
 - Carreiras: 20 anos em 1SAR!
 - Retrocesso funcional e desvalorização profissional: que funções?
- **Assembleia Geral Ordinária** para discussão e aprovação do relatório e contas do ano transacto, e para aprovação do plano e orçamento para o próximo ano.
- **Reuniões das CPR** (Comissão Permanente de Ramo) do Exército e da Força Aérea nos dias 3 e 4 de Abril respectivamente, onde irão ser tomadas medidas de refoço da organização e da mobilização e onde se prevê a tomada de decisões sobre iniciativas próprias de cada ramo.
- **Iniciativa a definir no início de Maio.** A direcção tenciona promover uma iniciativa de debate e reflexão na área da Grande Lisboa.
- **O núcleo do Porto** está a diligenciar no sentido de realizar uma iniciativa de debate e reflexão naquela cidade.
- **O núcleo da Madeira** está a organizar uma iniciativa de debate e de defesa do direito ao subsídio de insularidade que é atribuído aos restantes agentes da Função Pública e tem sido negado aos militares.
- **Fizemos um comunicado conjunto com a ASMIR e a AOFA** em torno de assuntos de interesse comum e para reforçar os laços de unidade das associações.
- **Participar com uma delegação reforçada no PRESIDÍUM da EUROMIL e na reunião do Convénio das associações de Portugal e de Espanha** a terem lugar em Sevilha nos dias 26 a 28 de Abril. Nestas reuniões, entre outros assuntos importantes, iremos reforçar a posição da ANS de grande preocupação relativamente às consequências para os direitos e garantias dos cidadãos em uniforme com a criação do Exército Único Europeu e o consequente desinvestimento nas FA's nacionais.

E por hoje chega camaradas, um abraço e até à próxima.

Uma certeza: unindo e lutando unidos conseguiremos!

Lisboa, Sede Social da ANS, 3 de Abril de 2002

David' Pereira

Secretário da Direcção